

HABEAS CORPUS Nº 514.411 - SC (2019/0163451-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS - SP349735
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FABIANO SIMÃO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FABIANO SIMÃO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina na Apelação Criminal n.º 0004041-59.2014.8.24.0039.

Consta nos autos que o Paciente foi condenado à pena de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais 10 (dez) dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 155, § 4.º, incisos I e IV, do Código Penal.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina deu provimento ao recurso ministerial para reformar a sentença e condenar o Réu, como incurso nas sanções do art. 157, §§ 1.º e 2.º, inciso II, do Código Penal, à reprimenda de 8 (oito) anos, 3 (três) meses e 16 (dezesseis) dias de reclusão, em regime inicial fechado, mais 14 (quatorze) dias-multa.

No presente *habeas corpus*, alega a Defesa que a ação do Paciente foi desprovida de violência ou grave ameaça, razão pela qual "*a desclassificação do delito de roubo para o de furto é providência que se impõe*" (fl. 9).

Argumenta que a fundamentação empregada para aumentar a pena-base pelo uso da arma branca não é válida, afirmando que "*se o TJSC considerou incorreta a incidência da majorante com a aplicação retroativa do art. 4.º da Lei n. 13.654/2018, deveria ter afastado o aumento realizado na terceira fase dosimétrica e não ter realizado a migração da circunstância fática para a primeira fase [...]*" (fl. 13).

Aduz que foi desproporcional o aumento operado na segunda fase da dosimetria em razão da agravante da reincidência.

Pugna, liminarmente, pela suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento final do presente *writ*.

Ao final, pede pela desclassificação do delito para o de furto qualificado. Subsidiariamente, requer o reconhecimento da nulidade do acórdão *a quo* no ponto em que "*migrou o emprego de arma imprópria para a primeira fase dosimétrica*" (fl. 16) e exasperou em excesso a pena pela agravante da reincidência.

É o relatório inicial.

Passo à análise do pedido urgente.

No caso, não estão presentes os pressupostos autorizadores da concessão da medida liminar.

A Parte Impetrante questiona a classificação do delito e os aspectos utilizados na dosimetria da pena imposta ao Paciente, cujo exame depende da acurada análise dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, sendo manifesto o cunho satisfativo da medida urgente, o que inviabiliza o seu deferimento.

Ademais, não se mostra presente o *periculum in mora* indispensável ao provimento de urgência, tendo em vista que a Parte Impetrante não demonstrou qual o efeito prático imediato do eventual provimento liminar.

Com relação ao pedido de desclassificação da conduta, a princípio, tal questão, implica, necessariamente, o reexame de todo o conjunto fático-probatório, o que não se admite, mormente na presente via, por se tratar de medida satisfativa.

E mesmo que afastada a consideração desfavorável da culpabilidade ou reduzida a fração de aumento pela incidência da agravante da reincidência, com a redução da reprimenda, o regime inicial fechado não seria alterado.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CÁRCERE CAUTELAR MANTIDO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. MODUS VIVENDI. REGIME PRISIONAL FECHADO. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. Caso em que o paciente é reincidente específico e, enquanto cumpria pena em regime semiaberto, também por tráfico ilícito de drogas, adentrou em estabelecimento prisional, tentando esconder uma porção de maconha em suas partes íntimas, a fim de burlar a segurança do local.

2. O novo cometimento do mesmo delito, durante o tempo em que cumpria a reprimenda pela condenação anterior, tende a evidenciar

que as medidas precedentemente impostas não surtiram o efeito esperado.

3. Encontra-se manifesta a necessidade do cárcere cautelar, como forma de se evitar a prática de novas infrações, ante a periculosidade concreta do paciente, em razão do seu modus vivendi.

4. Considerando o quantum da condenação superior a 4 anos, a reincidência do sentenciado, a gravidade concreta do delito e o estabelecido no art. 33 do Código Penal, não há coação ilegal na fixação do regime mais gravoso para a satisfação da reprimenda.

5. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 381.402/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 12/05/2017).

Assim, a espécie em tela não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se as informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo*, com o envio da respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora